



ID: 50889935

20-11-2013

40% das empresas municipais em risco de fechar até março

Estudo. Responsáveis por 22,6 euros em cada cem de endividamento líquido das autarquias que as tutelam, 109 das 270 empresas do sector empresarial local arriscam encerramento

MARINA MARQUES

Quarenta por cento das empresas do sector empresarial local correm o risco de encerrar até março por não cumprirem a lei, sendo responsáveis por quase um quarto do endividamento líquido dos municípios que as tutelam. Estas são duas das principais conclusões do estudo ontem apresentado na conferência "A Nova Lei das Finanças Locais", promovida pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, em Lisboa.

O estudo, coordenado pelo professor João Carvalho, com dados relativos a 2012, revela que 109 das 270 entidades empresariais analisadas devem encerrar até março se as câmaras não encontrarem soluções para evitar este encerramento. O número é elevado, mas mostra já uma diminuição de 9% face aos dados apurados em 2011, tendo-se registado no último ano vários encerramentos e fusões.

O incumprimento de um dos quatro critérios estabelecidos na legislação aprovada por este Executivo para o sector empresarial do local, em agosto de 2012, dita o fecho de portas. E, segundo o estudo, há até três empresas que não cumprem qualquer dos quatro critérios: EDEAF – Empresa Municipal de Desenvolvimento, de Alfândega da Fé, Falcão – Cultura, Turismo e Tempos Livres, de Pinhel, e TE-GEAC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer, de Trancoso. Ou seja, estas três empresas, que já em 2011 estavam em incumprimentos dos quatro critérios juntamente com outras cinco, têm vendas ou prestações de serviços infe-



Entre 2011 e 2012, a Tratolixo somou mais 20 milhões de euros à sua dívida

JOSÉ CARLOS CARVALHO/OLGA IMAGENS

riores a 50% dos seus gastos totais, recebem subsídios à exploração superiores a 50% das suas receitas e apresentaram resultados operacionais negativos e prejuízos, nos últimos três anos. Com um endividamento líquido de 960 milhões de euros, estas 270 empresas são responsáveis por quase um quarto (22,6%) do total do endividamento líquido das autarquias. Ou seja, em cada cem euros de dívida das câmaras, 22,6 euros devem-se à atividade destas empresas.

Apesar de não ser um dos critérios, por si só, para o encerramento, o estudo destaca as 35 entidades do sector empresarial local

com maiores dívidas no final de 2012. À frente das mais endividadas está a Tratolixo – Tratamento de Resíduos Sólidos (Cascais, Oeiras, Mafra, Oeiras e Sintra) e a EPUL, que até ao final do ano deverá ter a atividade encerrada, segundo reafirmou ontem António Costa, durante a conferência. A fechar o pódio das empresas mais devedoras surge a Águas e Parque Biológico de Gaia, exatamente o mesmo trio de 2011.

À margem da apresentação do estudo, o bastonário dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingos Azevedo, destacou que muitas destas empresas foram durante muitos

anos utilizadas por alguns municípios para conseguirem manter as contas das câmaras limpas. Uma situação que deixou de ser possível, com a obrigatoriedade de consolidação das contas das empresas com as contas das autarquias.

Em declarações à Lusa, Domingos Azevedo defendeu que os municípios deverão resolver as situações de incumprimento para evitar o fecho das empresas até março, podendo uma das soluções passar pela integração dos serviços nas câmaras, disse, destacando, por exemplo, que não será possível deixar de haver recolha de lixo num município.

Municípios devem receber parte do IVA

PROPOSTA António Costa propôs que os municípios passem a receber parte do imposto como contrapartida do fim do IMT e da derrama

O presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, defendeu ontem na conferência "A Nova Lei das Finanças Locais", promovida pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, que os municípios devem receber uma parte das receitas do IVA para compensar o fim previsto do IMT e da derrama.

António Costa destacou que a receita fiscal dos municípios diminuiu nos últimos anos cerca de 16% e que "impostos fundamen-

tais", como o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e a derrama, não só têm vindo a diminuir como deverão ser extintos.

"A extinção destes impostos tem de ter por contrapartida a criação de novas receitas municipais. A receita que me parece mais adequada é que os municípios passem a participar numa parte da receita que o Estado cobra do IVA. Não é aumentar o IVA. É passarmos a participar numa parte do IVA", defendeu.

Esta seria uma forma de incentivar os muni-



António Costa fez proposta

cípios a concentrarem-se na promoção da atividade económica do concelho e a estabelecer maior equidade entre os diferentes municípios nas áreas metropolitanas. Quanto à percentagem exata de IVA a receber pelos municípios, essa é uma questão a "trabalhar com o Estado", afirmou.

Mas adiantou: "Basta os municípios participarem em 2% da receita do IVA para cobrir o que recebem hoje na derrama". António Costa explicou ainda que já tem transmitido esta preocupação ao Governo, de que

"tem de se abrir rápida e urgentemente um processo de revisão do financiamento dos municípios". No entanto, "até agora, a reatividade foi nula", disse. Costa teme que, sem um novo modelo de financiamento, os municípios percam autonomia em relação ao Estado e que mesmo aqueles que hoje vivem sobretudo de receitas próprias passem a concorrer com os outros na repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro, através do Orçamento do Estado.

O autarca criticou ainda a nova Lei das Finanças Locais, defendendo que é necessário "esclarecer tudo o que está por esclarecer nesta lei", designadamente em matéria de endividamento. LUSA

DÍVIDAS DAS EMPRESAS

AS 10 MAIS ENDIVIDADAS

Tratolixo
185 912 174 euros

EPUL
163 200 562 euros

Águas e Parque Biológico de Gaia
65 713 037 euros

AGERE
60.370.390 euros

VRSA, Sociedade de Gestão Urbana
57 498 139 euros

Portimão Urbis SGRU
41 833 023 euros

PFR Invest – Gestão Urbana
38 981 336 euros

Águas do Ribatejo
32 227 007 euros

Vimágua
29 023 902 euros

Gebalis
28 943 604 euros

AS 10 MENOS ENDIVIDADAS

SRU – Reabilitação Urbana de Olhão
0 euros

Parque Emp. da Cortiça
0 euros

Figueira Paraindústria
1125 euros

Vieira Cultura e Turismo
3929 euros

Mobitral
7607 euros

ABTT – Aguiar da Beira
8491 euros

Merturis – Turismo
8628 euros

Terra de Paixão
9597 euros

Fozcoactiva
10 616 euros

Caça e Turismo de Vimioso
12 125 euros